



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RENATA MEDEIROS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DESAFIO NO COTIDIANO DO
PROFESSOR**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

RENATA MEDEIROS DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DESAFIO NO COTIDIANO DO
PROFESSOR**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Marta Lúcia de Souza Celino

CAMPINA GRANDE – PB

2014

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

S676a Santos, Renata Medeiros dos.

Avaliação na educação infantil [manuscrito] : um desafio no cotidiano do professor / Renata Medeiros dos Santos. - 2014.
28 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Marta Lúcia de Souza Celino,
Departamento de Educação".

1. Educação infantil. 2. Prática pedagógica. 3. Prática de
avaliação. I. Título.

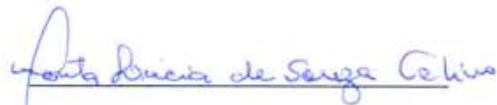
21. ed. CDD 372.24

RENATA MEDEIROS DOS SANTOS

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DESAFIO NO COTIDIANO DO PROFESSOR

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em 17 / 03 / 2014



Profª Drª. Marta Lúcia de Souza Celino/UEPB

Orientadora



Profº. Ms. Inácio de Araújo Macedo/UEPB

Examinador



Profº. Ms. Francisco José Dias da Silva/UEPB

Examinador

CAMPINA GRANDE- PB

2014

SANTOS, Renata Medeiros dos. **Avaliação na educação infantil: um desafio no cotidiano do professor**. Trabalho de Conclusão de Curso: Artigo. 28 fls. Universidade Estadual da Paraíba: Campina Grande/PB, 2014.

RESUMO

Este trabalho visa analisar o processo de avaliação na Educação Infantil. Optando por saber como as professoras de uma escola privada, em Campina Grande, realizam a avaliação em suas práticas pedagógicas. Dentro deste contexto é que se refletirá sobre esse processo tão presente na instituição escolar. Assim, o estudo está inserido no âmbito de uma pesquisa qualitativa em educação, tendo como metodologia um estudo de caso. Para isso, estudou-se autores como Hoffmann (1996; 2009), Luckesi (2011), Zabala (1998), documentos oficiais do MEC (BRASIL, 2010) e outros que põem em pauta tal discussão em suas análises. Conclui-se que é necessário compreender a prática avaliativa no contexto da educação infantil, entre outros aspectos pedagógicos, entendendo a criança em todas as suas dimensões e suas significações do mundo. Assim, discutir-se amplamente as concepções e práticas de avaliação faz-se necessário para uma compreensão de crianças pequenas.

PALAVRAS-CHAVES: Avaliação, Educação Infantil, Professores.

ABSTRACT

This paper studies how the professors of private schools located in Campina Grande - Brazil, assess the evaluation methods used in early childhood education. This work is part of a more general education qualitative research, and it is illustrated in a case study. Authors such Hoffmann (1996) and Luckesi (2011), in addition to official MEC (BRAZIL, 2010) documents were used as reference in this study. The author concludes this paper stating that to assess the children understanding of the world is mandatory to understand not only the evaluation practices in place, but also other pedagogical aspects involved in the process. Thus, a broad discussion about the best practices used during the education assessment at the first years of the children academic life is a necessary step towards the child awareness of society.

KEY WORDS: evaluation, childhood education, professors.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão em torno da avaliação na educação infantil, com o objetivo de compreender e investigar como o ato de avaliar se dá na educação infantil. Conhecer através dos profissionais que atuam na área quais as metodologias usadas por eles e, como esse processo ocorre no dia-dia escolar, querendo ainda identificar se a prática ocorre como em consonância com o referencial estudado.

Metodologicamente, o artigo está estruturado em quatro tópicos, quais sejam: 1) Discutindo uma fundamentação teórica sobre avaliação; 2) A infância e a educação infantil – uma construção histórica social; 3) Metodologia; 4) Compreendendo o conceito e as práticas de avaliação no contexto estudado.

A escola escolhida em que o estudo foi desenvolvido está situada na cidade de Campina Grande. Esta instituição atende crianças da educação infantil a partir dos 2 anos. A proposta pedagógica da escola é baseada no aluno, onde este é o sujeito do conhecimento construído na interação sujeito-objeto. O objetivo é privilegiar a construção do conhecimento pelo educando e a interação entre os participantes do processo.

O processo de avaliação utilizado nesta instituição é a observação diária e relatórios descritivos entregues aos pais em plantões pedagógicos a cada bimestre, onde a família é parceira no processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem.

1 DISCUTINDO UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE AVALIAÇÃO

A avaliação escolar - também chamada avaliação do processo ensino-aprendizagem ou avaliação do rendimento escolar - tem como base o desenvolvimento do aluno, do professor e de toda situação de ensino, onde sua principal função é contribuir para um aperfeiçoamento da educação. Quando utilizada com cuidado e com embasamento teórico, fornece informações que ajudam a tomar decisões sobre quais recursos educacionais devem ser preparados quando se quer tornar o ensino mais efetivo.

O processo avaliativo tem sido mais um dos desafios enfrentados pelo professor no seu cotidiano escolar e amplamente discutido por pessoas que estão comprometidas com uma educação de qualidade. Como afirma Zabala 1998:

[...] é possível encontrar definições de avaliação bastante diferentes e, em muitos casos, bastante ambíguas, cujos sujeitos e objetos de estudo aparecem de maneira confusa e indeterminadas. Em alguns casos o sujeito da avaliação é o aluno, em outros é o grupo/classe, ou inclusive o professor ou professora, ou a equipe docente. Quanto ao objeto da avaliação, às vezes é o processo de aprendizagem seguido pelo aluno ou os resultados obtidos, enquanto que outras vezes se desloca para a própria intervenção do professor. (ZABALA 1998, p, 194).

O significado real do ato avaliativo é deixado de lado, podendo vir a ser considerado mais um ato exclusivo do que inclusivo no contexto escolar. Entender a diferença entre testar, medir e avaliar é de fundamental importância para o professor. Verificar o desempenho dos alunos, pautarem os fenômenos das descobertas e explicar os resultados, é necessário para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma significativa na vida escolar do aluno.

As questões acerca de avaliação na educação infantil estão historicamente ligadas às discussões sobre o entendimento de uma ideia assistencialista. Hoffmann (1996, p. 9) aponta que: “A prática avaliativa, dessa forma, surge como elementos de controle sobre escola e sobre o professor que se vêem com a tarefa de formalizar e comprovar o trabalho realizado via avaliação das crianças”. Ballester (2003, p. 16) complementa que: “muitas práticas de avaliação têm em comum medir preferentemente resultados de aprendizagem”.

É nessa conjuntura que, Zabala (1998, p. 220) afirma que “a avaliação é um elemento-chave de todo o processo de ensinar e aprender, sua função se encontra

estritamente ligada à função que se atribui a todo o processo [...]”. Sendo assim, avaliar, é segundo as finalidades que atribuímos ao ensino que pautamos nossa prática avaliativa.

Para compreender-se avaliação é necessário explicitar o que os documentos oficiais dizem sobre o processo avaliativo. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil (RCNEI) que direciona a maneira como as instituições de educação infantil devem nortear seus trabalhos, buscando uma qualidade de ensino visando à criança em sua totalidade. Para o estabelecimento de ensino, o processo avaliativo, segundo esse documento (RCNEI):

Prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita o professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e reorientar esse processo como um todo. (BRASIL, 1998, p. 59)

Portanto, avaliação é entendida como um processo contínuo, que acompanha as condições e os processos envolvidos ao longo da aprendizagem escolar.

Diante deste tema, percebe-se que as concepções entre os educadores ainda comportam algumas dúvidas, principalmente em relação às quais métodos avaliativos utilizar nas suas práticas para que o processo avaliativo contribua para o desenvolvimento do educando. Portanto, ao longo deste texto refletir-se-á sobre o processo de avaliação a partir de um estudo de caso em uma Escola de Educação Infantil, da rede privada de Campina Grande.

Durante todo processo de estudo e construção teórica, tomou-se como embasamento os autores Cipriano Luckesi (2010; 2011) e Jussara Hoffmann (1996; 2009), onde ambos olham a avaliação como ferramenta mediadora no processo de ensino-aprendizagem. Para esses autores, a avaliação deve ser processual e considerar todos os fatores internos e externos do processo de ensino, atuando no sujeito para que a aprendizagem seja adquirida de forma significativa.

A avaliação é um processo contínuo e permanente na vida de todos os que participam da arte de educar. Somos avaliados no decorrer de todo processo educativo, pois é um método, um instrumento, um recurso e como tal deve ser usado. Buscando compreender e investigar como o ato de avaliar se dá na educação infantil, optou-se por conhecer através dos profissionais que atuam na área quais as metodologias usadas por eles e como esse processo ocorre no dia-dia

escolar, querendo ainda identificar se a prática ocorre em consonância com o referencial estudado. Movida na inquietude e no desejo de considerar essa prática como peça fundamental no processo de ensino-aprendizagem, procurou-se através desse estudo contribuir com aqueles que fazem parte do processo de ensinar.

2 A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL – UMA CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA SOCIAL

A trajetória histórica da infância exige antes de tudo que se entenda que a criança e a infância são vistas de formas distintas, a primeira sempre existiu, embora não tivesse vez na sociedade, está presente desde os princípios da humanidade. Já a segunda passa a existir depois de um determinado tempo, caracterizada por um longo processo histórico. A infância como construção social passa a existir entre os séculos XVII e XVIII.

Atualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) define a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12).

Porém é de fundamental importância ressaltar que nem sempre foi assim, e que o termo criança é considerado um conceito socialmente construído que durante toda a história foi sofrendo transformações, desconsiderando a pessoa criança, o sentido concreto desse sujeito; ou melhor, desses sujeitos. Porque quando se observa a criança num contexto prático, se torna possível perceber que há uma diversidade de criança; até mesmo que os conceitos de criança se confundem o com o de adulto, quando se trata de papéis, por exemplo, de crianças pobres que precisam assumir responsabilidades que não são próprias à sua idade.

Vale à pena afirmar que a criança nem sempre foi reconhecida na sociedade como nos dias atuais. Considerada a primeira fase da vida humana, a infância é marcada por um longo processo histórico, que vem se modificando a partir das transformações presentes na sociedade. Durante muito tempo a criança era pouco importante, o seu *status* era nulo. Durante a idade média não existia um sentimento quanto à infância, as crianças eram tratadas e vistas como adultos, uma vez que executavam as atividades direcionadas a eles. Desde cedo as crianças eram afastadas de seus pais e encaminhadas a aprender os hábitos que faziam parte dos

costumes. A morte era uma questão tratada com desprezo, os índices de mortalidade infantil eram altíssimos. Por ser algo natural, aqueles que escapavam da mortalidade, imediatamente era conduzida a vida adulta, sem nenhuma diferença ou cuidado.

Com o início da Idade Moderna a criança e a infância começam a ter importância. A sociedade capitalista surge, e com ela a concepção de infância é desenvolvida. A criança passa a ocupar um papel central e é vista como ser que necessita de cuidados e investimentos educacionais para dar continuidade aos trabalhos da família. A diferença social já presente na época e as diferenças entre as classes predominavam, as crianças criadas na burguesia eram encaminhadas a dar continuidade aos trabalhos do pai, as crianças menos favorecidas eram encaminhadas a instituições de caráter assistenciais ou a trabalhos não adequados para suas idades. Como afirma Athayde (2009):

Os direitos a educação e aos cuidados específicos apenas favoreceram as crianças da classe burguesa, enquanto que as crianças dos extratos pobres da população tais direitos lhes foram negadas, sendo essas direcionadas ou para as instituições assistências ou para o trabalho, assumindo responsabilidades impróprias ao universo infantil, como empregos de fábricas, tecelagem, e cumprindo turnos de doze a dezesseis horas de trabalho (ATHAYDE, 2009, p. 24).

Com o surgimento da sociedade moderna no século XVI os princípios sociais, morais, econômicos, culturais e políticos da sociedade antiga foram superados. Nesse novo contexto social a formação de novos modos de vida foi exigida pela burguesia, onde não bastava uma educação dogmática, mas sim, uma educação que proporcionasse o domínio da natureza. Sendo assim, houve reações contrárias a esses ideais e a educação passou a ter um novo olhar. De um lado os que desejavam manter a estrutura social e os privilégios da igreja, do outro, os que defendiam uma educação democrática que permitisse ao homem descobrir e conquistar a nova sociedade.

As primeiras preocupações com a educação das crianças pequenas surgiu no início do século XVIII, decorrente da aceitação e importância delas no meio social. Como afirma Oliveira (2002, p.62): “Nesse momento, a criança passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos: começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados.” Transformações expressivas ocorreram no comportamento que as famílias tinham com as crianças, visto que a educação delas, durante muito tempo foi de responsabilidade da família, sob os cuidados da mãe ou de outras mulheres até que a criança adquirisse independência

satisfatória para realizar atividades junto aos adultos, em que aprendia o básico para sua integração social.

No século XIX a concepção de infância foi sendo modernizada e vários profissionais, como também estudiosos passaram a favorecer o movimento em prol da infância. No século XX foi observada uma preocupação quanto à situação social da criança, e então é promulgada a declaração aos Direitos da Criança, em decorrência da declaração dos Direitos Humanos.

Com a valorização do ser criança, fundamentações foram criadas para a garantia dos cuidados básicos voltado para esse público. Como demonstrado em um parágrafo anterior, leis foram criadas como forma de assegurar os direitos da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é outro documento que após a valorização desse sujeito, agrega valores acrescentando leis que prezam por esses menores e que garante cuidados necessários para o seu desenvolvimento. O ECA garante que todas as crianças e adolescentes, independentemente de cor, etnia ou classe social, sejam tratados como pessoas que precisam de atenção, proteção e cuidados especiais para se desenvolverem e serem adultos saudáveis. O art. 3º do ECA assegura-lhes a proteção integral que se traduz em todas as oportunidades e facilidades "a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade".

Influenciados com esse novo olhar sobre a infância, vários teóricos apresentaram novas ideias sobre a educação de crianças pequenas. Uma educação voltada para crianças menos favorecidas e menores de seis anos era um tema abordado por Comênius, que trouxe inovações fugindo do tradicionalismo e criando formas que contribuíssem para o desenvolvimento lúdico e racional da criança. Como destaca Oliveira (2002):

Afiava ele que o cultivo dos sentidos e da imaginação precedia o desenvolvimento do lado racional da criança. Impressões sensoriais advindas das experiências com o manuseio de objetos seriam internalizadas e futuramente interpretadas pela razão. Também a exploração do mundo do brincar era visto como uma forma de educação pelos sentidos. (OLIVEIRA, 2002, p. 64).

Percebe-se a preocupação de Comênius com a educação de crianças menores de seis anos e com sua aprendizagem. Sendo assim, destaca-se aqui o Plano de Escola Materna que remetia ao fato de que o ensino inicial era o “colo da

mãe” e como tal deveria acontecer dentro dos lares. Os aspectos desse plano apresentaram relevância para o surgimento de propostas educativas junto à criança.

Em oposição ao que ocorria no âmbito político-social da época, Jean Jacques Rousseau surge com uma proposta que defendia uma educação que prezava pela liberdade e o naturalismo, ou seja, que as coisas acontecessem no ritmo natural. Conforme Oliveira (2002):

Defendia uma educação não orientada pelos adultos, mas que fosse resultado do livre exercício das capacidades infantis e enfatizasse não o que a criança tem permissão para fazer, mas o que é capaz de fazer. (OLIVEIRA, 2002, p. 64).

Influenciado por Rousseau e contra o intelectualismo demasiado da educação tradicional, Pestalozzi declarado como sendo um educador humanista, por considerar que a educação se dar pelo amor e bondade, preocupa-se com a formação do homem natural, onde a aquisição dos primeiros elementos do saber venha a ser de forma intuitiva e natural. Assim, como os outros dois já citados acima, Pestalozzi fugia do tradicionalismo. Sua ideologia influenciou a construção de alguns centros infantis da época, apoiado por católicos progressistas.

Seguindo as ideias de Pestalozzi, Froebel foi considerado como exemplo de educação na primeira infância e foi o primeiro a criar o jardim de infância, onde as crianças iriam aprender sobre si mesmas e sobre o mundo. Essas instituições eram diferentes das casas assistências da época por terem um cunho pedagógico e da ideia da espontaneidade infantil pensada por Froebel.

No início do século XX com as mudanças sociais que estava acontecendo, transformações no campo educacional eram necessárias, que por sua vez, necessitava de uma elaboração de um novo método de ensino.

Nessa conjuntura destaca-se Decroly, que defendia um ensino voltado aos interesses e necessidades das crianças, onde elas deveriam viver seus primeiros anos da juventude, em contrapartida resolver as dificuldades compatíveis ao seu momento. Ele defendia um ensino voltado para o intelecto e domínio de conteúdos pelas crianças. Criou um método conhecido como ‘centro de interesses’, como descreve Oliveira (2002):

Nos centros de interesse, se estruturaria em três eixos: observação, associação e expressão. Decroly é conhecido ainda por defender rigorosa observação dos alunos a fim de classificá-los e distribuí-los em turmas homogêneas. (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Uma proposta educativa que partisse do interesse da criança e respeitasse o seu desenvolvimento e suas necessidades.

Uma figura feminina que se destacou foi Maria Montessori, que criou instituições de educação e vida chamada Casa de Crianças, onde a instrução deveria se voltar para o aluno e não o contrário. Seus métodos eram fundamentados num entendimento biológico de crescimento e desenvolvimento, como também, consideravam os aspectos psicológicos e sociais das crianças.

Um francês que teve grande relevância em relação às práticas pedagógicas de seu tempo foi Celestin Freinet, ele entendia que o dinamismo e a ação é que estimulavam as crianças a buscar esse conhecimento, multiplicando seus esforços em busca de uma satisfação interior.

Na esfera da psicologia, vários teóricos trouxeram maneiras inovadoras de entender e divulgar o desenvolvimento das crianças pequenas. Piaget, embora reconhecesse a presença de fatores externos e sociais nos processos cognitivos, não acreditava quanto a sua importância na determinação das operações intelectuais. Segundo Hoffmann (1996):

A grande contribuição pedagógica de Piaget em educação é o seu anúncio, pela grandeza e extensão de suas pesquisas, da complexidade da questão da construção do conhecimento pela criança ao longo do desenvolvimento. Investigar seriamente o significado da ação física mental das crianças é um dos grandes ensinamentos de sua teoria. (HOFFMANN, 1996, p. 23).

Piaget busca conceber as estruturas do pensamento através do mecanismo interno que as produz. Observar e conhecer a criança possibilita o planejamento das ações pedagógicas. Enquanto Vygotsky procurava compreender como a realidade sócio-cultural passa a ser a estrutura psicológica. Para Vygotsky (1988, apud HOFFMANN, 1996, p. 23, 24), vê na avaliação das linguagens tal consideração:

O curso do seu desenvolvimento cognitivo é influenciado pelo meio sócio-cultural da criança, e as referências semânticas representadas pelas palavras e conceitos vigentes no grupo social determinam o conteúdo e a forma, tanto na estruturas lingüísticas quanto das estruturas do pensamento. Dessa forma, a criança participa ativamente da construção de sua própria cultura e de sua história, construindo conhecimentos e construindo a sua identidade a partir de relações interpessoais. (HOFFMANN, 1996, p. 23,24).

Para Vygotsky (op cit) verdadeiro aprendizado é o que é para o avanço do desenvolvimento, onde a construção do conhecimento da criança passa por uma pessoa. Portanto, é relevante a participação do educador como mediador no desenvolvimento da criança, desafiando-a para novas aprendizagens, intervindo a

cada momento de descobertas, mas sempre considerando as potencialidades que a criança já adquiriu na sua história de vida.

Decerto, poderia destacar vários outros aspectos relevantes para a Educação Infantil, porém o objetivo proposto foi de chamar a atenção sobre a importância das contribuições deixadas por vários teóricos ao longo dos séculos e, que hoje se fazem presentes em muitas propostas educativas.

METODOLOGIA

A pesquisa é o processo do conhecimento que conduz o pesquisador a descoberta. Nesse sentido, o estudo realizado no presente trabalho partiu de uma abordagem qualitativa, que defende o princípio de que a realidade é compreendida pela ótica do observador. Os dados são apontados a partir das vivências, e a compreensão dos fenômenos se dá pela busca a partir dos próprios dados, das referências oferecidas pela própria população estudada e dos significados atribuídos pela sociedade aos fenômenos.

A abordagem qualitativa trabalha com a intencionalidade do pesquisador quanto ao meio pesquisado. Com efeito, para a realização da pesquisa empírica, optou-se por estudar uma unidade individual específica, que está inserida em um todo, por meio de um estudo de caso. De acordo com Malheiros (2011, p. 94), “[...] estudo de caso consiste em se pesquisar uma situação específica para compreender uma determinada relação de causa e efeito”.

O estudo de caso estuda um caso específico, único ou particular e bem delimitado, com o objetivo de sempre buscar descobrir novas informações (relevantes), durante os avanços nos estudos do caso escolhido pelo pesquisador. Segundo Lüdke e André (1986, p. 17) “quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso”. De acordo com Lüdke (1986), é importante que na realização do estudo de caso sejam considerados: o contexto em que o problema pesquisado está inserido; a busca por retratar a realidade de forma profunda e completa; o uso de diversas fontes de informação na busca de dados, de momentos e de situações; a presença de diversos pontos de vistas, inclusive as próprias opiniões do pesquisador sobre o problema pesquisado; assim como também o uso de uma linguagem acessível.

[...] os dados do estudo de caso podem ser apresentados numa variedade de formas, tais como dramatização, desenho, fotografias, colagens, slides, discussões, mesas-redondas, etc. Os relatos escritos apresentam, geralmente, um estilo informal, narrativo, ilustrado por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições. É possível também que um mesmo caso tenha diferentes formas de relato, dependendo do tipo de usuário que se destina. A preocupação aqui é com uma transmissão direta, clara e bem articulada do caso e num estilo que se aproxime da experiência pessoal do leitor. Pode-se dizer que o caso é construído durante o processo de estudo; ele só se materializa enquanto caso, no relatório final, onde fica evidente se ele se constitui realmente num estudo de caso. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 20).

O estudo de caso pode ser desenvolvido em três fases: a primeira é a fase aberta ou exploratória, a qual o pesquisador vai selecionando o que é relevante, o que precisa ser reformulado e o que pode ser refutado; a segunda fase é a delimitação do estudo de caso, que vai sendo realizada a partir das características do objeto estudado; e a terceira fase é a análise sistemática dos dados e a elaboração do relatório (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Seguindo as orientações de Ludke & André (op cit), optei por realizar o estudo em três etapas: Em um primeiro momento foi feita um pesquisa documental, onde se buscou delimitar o estudo às leis que regem a educação infantil, focando a temática avaliação. Tendo posse das informações da pesquisa documental, foi adquirido um embasamento para compreender se a atuação dos profissionais segue a abordagem teórica de Luckesi (2011) e Hoffmann (1996; 2009) que tem muita representatividade no meio educacional brasileiro. A segunda etapa consistiu em uma pesquisa bibliográfica, de busca e análise da literatura disponível, e de estudos já realizados sobre a Avaliação na Educação Infantil. Na terceira e última etapa, foi realizada a pesquisa de campo com o ato de observação, a aplicação dos questionários a um grupo de professoras da educação infantil com o intuito de conhecer como se dava o ato de avaliar no dia-dia escolar desses profissionais e a realização escrita do presente trabalho.

Os sujeitos que contribuíram para esta pesquisa foram quatro mulheres, na faixa etária dos 28 aos 40 anos de idade, todas professoras de uma escola da rede privada de Campina Grande, com formação acadêmica em licenciatura em pedagogia. Dentre estas, uma graduada pela Universidade Vale do Acaraú (UVA) com pós-graduação em andamento em Supervisão e Orientação Educacional pela Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (FURNE), onde atua há 08

anos na Educação Infantil. As outras três pesquisadas possuem graduação pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e atuam na área há 15 anos.

A observação se deu no período de uma semana, durante o mês de dezembro de 2013, onde se observou diariamente cada turma de Educação Infantil da escola campo de investigação. A observação procurou assumir a perspectiva de neutralidade, imparcialidade e sem interferência na rotina da sala de aula. Teve o objetivo de verificar a metodologia de avaliação utilizada por estas educadoras e as dificuldades que as mesmas sentem em relação à melhor maneira de avaliar seus alunos.

Além da observação, fez-se uso do questionário, onde se objetivou compreender questões centrais da avaliação, tais como: buscar compreender o que é avaliar, na visão das professoras de educação infantil; qual a sua importância; quais os instrumentos avaliativos utilizados para a prática, quais os critérios utilizados para avaliar os alunos, as contribuições que o ato de avaliar tem na formação dos estudantes e os pontos que elas priorizam na hora de avaliar.

O questionário aplicado seguiu um formato do tipo aberto, entregue às professoras após o término da observação por sala e após o expediente diário das mesmas. Segundo Goldemberg (1999, p.86) o questionário do tipo aberto é caracterizado por: “[...] aberta: resposta livre, não limitada por alternativas apresentadas, o pesquisado fala ou escreve livremente sobre o tema que lhe é proposto.”

Na aplicação do questionário notou-se uma receptividade positiva, tanto por parte da escola, como das professoras, visto que essas se dispuseram a participar da pesquisa e contribuir para os resultados da mesma.

4 COMPREENDENDO O CONCEITO E AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESTUDADO

O sentido de avaliar é presente em nossa vida, no nosso dia a dia, na sociedade e de forma quase intuitiva com diferentes propósitos, sempre refletindo sobre o que já foi feito contraponto com o que iremos fazer. A capacidade de analisar e medir satisfatoriamente o produto da observação é que determina o êxito de nossas ações, como também, se o objetivo foi ou não obtido. O processo avaliativo, assim como se faz presente no nosso cotidiano, também o é, no âmbito

escolar nas práticas dos profissionais da educação e como tal deve ser entendido como subsídio para ações futuras.

Decorrente disto surgem contradições a respeito do conceito de avaliação. Diferente de como avaliamos intuitivamente nossas ações, na educação essa maneira não é apropriada visto que, avaliar a prática pedagógica tem uma finalidade. Por isso, deve ser planejada com cautela e conduzida por parâmetros. Colocados em oposição, a avaliação será vista como tarefa com valor em si mesma, com o propósito meramente de julgar, classificar, visto que seus resultados não apontam caminhos percorridos pelos alunos para construir o aprendizado nem como estão se desenvolvendo, mas sim como promoção para as etapas posteriores.

Na educação infantil a avaliação tem o sentido de ferramenta para subsidiar as ações pedagógicas em favor do desenvolvimento das crianças, com a ideia de incluí-las no processo educacional para que elas conquistem resultados significantes nessa fase da educação. No aspecto metodológico o processo avaliativo gira em torno de um conjunto de fatores para que se tenha uma avaliação significativa, como afirma Luckesi (2011):

[...] os instrumentos necessitam ser elaborados, aplicados e corrigidos segundo especificações decorrentes dessas decisões prévias à ação. Elas definem os resultados almejados, e, então, a avaliação existe para informar se eles foram atingidos ou não e, com que qualidade (LUCKESI, 2011.p. 293).

A avaliação na educação infantil não vem para excluir ou promover para a série seguinte, mas é de grande relevância, pois ela cumpre um valor de oferecer elementos que auxiliem tanto o professor quanto ao aluno no processo ensino/aprendizagem para atingir os objetivos desejados, com a intenção de observar e compreender o dinamismo do desenvolvimento infantil para direcionar as práticas pedagógicas e colaborar com o professor para intervir no momento certo quando a dificuldade inerente ao desenvolvimento das crianças surgir.

A avaliação no contexto da educação infantil deve ser mediadora e servir para (re)ajustar a prática adotada. Para isso, deve-se ter em mente os diversos métodos de registro para verificar o desempenho das crianças no que diz respeito às expectativas, avanços, mudanças e descobertas. Partindo do princípio de que todas as crianças têm suas particularidades e se diferenciam entre si no modo como se desenvolve, o professor deve observar e registrar diariamente suas diferentes reações diante das experiências vivenciadas. Hoffmann (1996) destaca que:

É preciso, portanto, re-significar a avaliação em educação infantil como acompanhamento e oportunidade ao desenvolvimento máximo possível de cada criança, assegurando alguns privilégios próprios dessa instância educativa. (HOFFMANN, 1996, p. 14).

Para que os professores realizem uma efetiva avaliação no processo educativo, devem se respaldar nas teorias do desenvolvimento infantil já elaborada.

A criança quando avaliada deve ser vista de forma integral, sendo respeitados incondicionalmente todos os seus aspectos de comportamento e de desenvolvimento.

Para compreendermos a avaliação, as legislações do âmbito educacional definem por meio de leis como essa deve funcionar nas práticas cotidianas da escola, das salas de aula. Uma dessas legislações a LDB se pronuncia da seguinte forma:

Na educação infantil avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LEI 9394/96, artigo 31).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2010) é outro documento que registra como o ato de avaliar deve ocorrer e o que deve ser considerado para a realização dessa prática. O artigo 10 do presente documento propõem:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo: I- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V- A não retenção das crianças na Educação Infantil; (Art. 10. 2010).

Esta avaliação deve englobar uma soma de elementos que apresente a evolução dos alunos, verificando a aprendizagem alcançada e assinalando o que deve ser refeito de forma que a criança atinja os objetivos propostos. Estes registros demonstrarão o caminho percorrido pelo aluno e sua situação de aprendizagem. De acordo com Hoffmann (1996):

Cada vez mais os estudiosos em conhecimento, como Piaget e Vygotsky, apontam para a importância das oportunidades oferecidas

às crianças até os seis anos em termos do atendimento educacional. Oportunidades essas que irão definir a dimensão do seu desenvolvimento moral e intelectual na vida adulta. A concepção do conhecimento como uma totalidade, englobando os múltiplos aspectos na formação de uma criança, dão significado e valor à educação infantil. (HOFFMANN, 1996, p. 18).

Partindo de todo este estudo bibliográfico e através das respostas dadas ao questionário distribuído a quatro professoras da educação infantil de uma escola privada em Campina Grande no decorrer da pesquisa de campo, buscaram-se por questionamentos que possibilitassem compreender como ocorre, na prática, os atos avaliativos presentes no dia-dia escolar, como sua relevância dentro da área de educação infantil.

Uma estratégia para a pesquisa por meio de questionários ocorreu em função da indisponibilidade de horários dos sujeitos colaboradores, impossibilitando, assim, que fossem realizadas entrevistas.

Quando questionadas a respeito da concepção de avaliação, a pesquisa revelou que 50% compreendem como um processo, 25% entendem como um método e os outros 25% como critério para organizar o planejamento, conforme pode ser visto na figura a seguir:

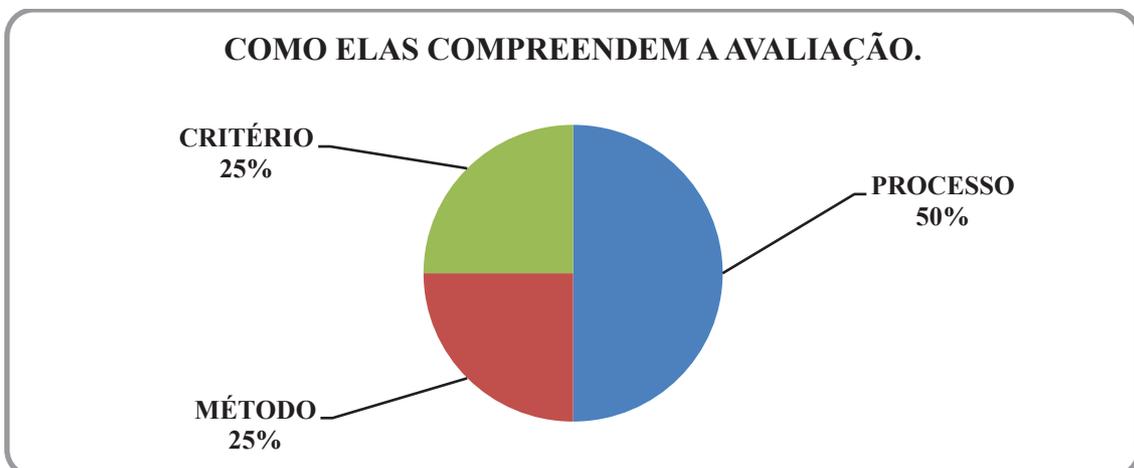


Gráfico 1. Concepção de avaliação

As narrativas das participantes, para este questionamento, reforçam a informação representada na figura acima, como se pode ver, avaliação...

“Consiste em acompanhar o processo...” (SUJEITO A).

“É colher informações para o processo ensino-aprendizagem...” (SUJEITO B).

“método utilizado para verificar o resultado...” (SUJEITO C).

“Criar objetivos e planejar atividades...” (SUJEITO D).

A partir dessa questão e dos resultados obtidos referentes a esta primeira pergunta, a maioria das professoras apresentaram uma opinião coerente do que vem a ser avaliação na educação infantil. Contudo, percebe-se que algumas se detiveram aos aspectos formais referentes ao processo de planejamento, abrangidas pela avaliação nessa pergunta. Entender o real significado de avaliação é o ponto de partida para uma prática pedagógica, onde o professor leva em conta o aluno como o centro de suas ações. Pois, os estudos apontam que o objetivo da avaliação está a favor da ação pedagógica para promover o conhecimento, na busca de melhorar a aprendizagem e como também suprir as necessidades do aluno considerando e respeitando suas particularidades, visto que, o aprendiz é quem determina o seu próprio tempo de aprendizagem, não esquecendo que o planejamento (flexível) é uma prática muito importante, mas não define o caminho da aprendizagem dos alunos.

No momento em que foram questionadas a respeito da importância da avaliação infantil, 50% das professoras implicadas no estudo acham ter relevância para registrar as qualidades e progressos. Os outros 50%, estão divididos em julgar ser um processo contínuo e servir de parâmetros para o planejamento, como se pode observar no gráfico abaixo:

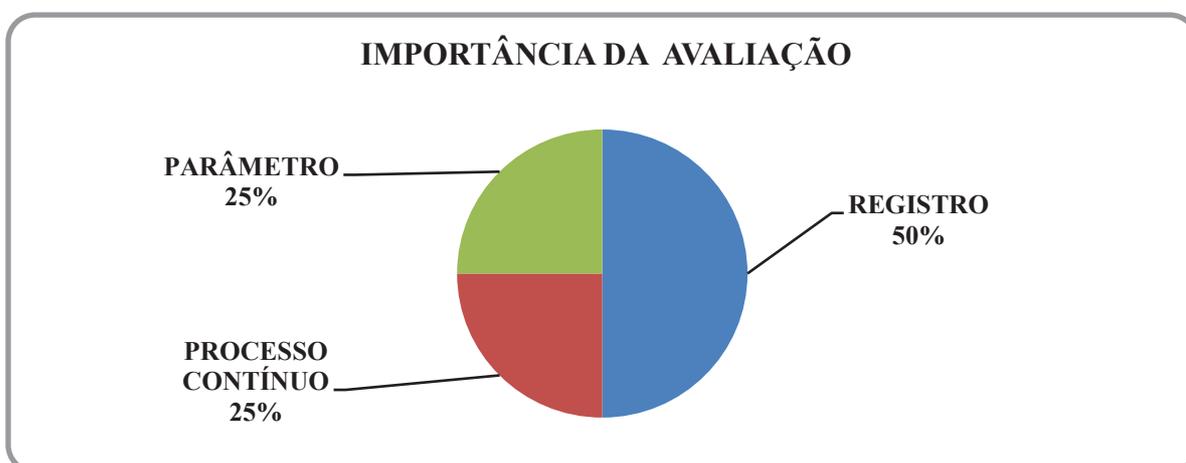


Gráfico 2. Importância da avaliação na educação infantil

O discurso dos sujeitos A e D para a pergunta destacam a informação apontada no gráfico acima, como se verifica, qual importância da avaliação na educação infantil:

“é importante, pois permite identificar as conquistas alcançadas pelas crianças e seus progressos...” (SUJEITO A).

“Seja processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem...” (SUJEITO D).

As opiniões dos sujeitos B e C apontam outros fatores relevantes para este questionamento, como pode ver:

“é primordial onde esse processo acontece de forma contínua...” (SUJEITO B).

“é o resultado do planejamento...” (SUJEITO C).

As opiniões referentes a este questionamento mostram que a relevância da avaliação para as professoras necessita de uma compreensão mais contundente sobre o fazer avaliativo, uma vez que elas não conseguiram expressar de forma clara qual relevância de se avaliar na Educação Infantil.

As opiniões das professoras a respeito de quais instrumentos avaliativos utilizados por elas para avaliar seus alunos, onde os sujeitos A e D disseram utilizar o portfólio e registros diários, enquanto as demais participantes observam o brincar/erros e atividades escritas, como podem ser visto na figura abaixo:

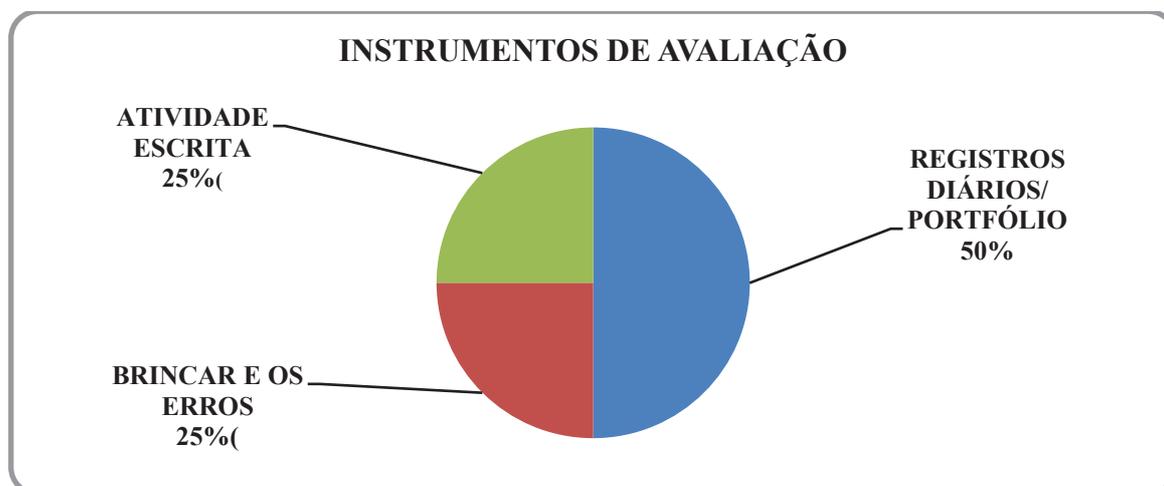


Gráfico 3. Conceção sobre instrumentos de avaliação na educação infantil

Os discursos ratificam o gráfico acima:

“registrada em um caderno de observações diárias, para ao final construir um portfólio...” (SUJEITO A).

“...observações diárias” (SUJEITO D).

“...observo a maneira que cada um brinca e com os erros, conduzimos eles ao acerto. (SUJEITO B).

“ a atividade escrita...” (SUJEITO C).

Diante das falas das colaboradoras da pesquisa no que se refere à questão anterior, percebe-se que todas utilizam de instrumentos adequados para obter os dados e registrar as ações dos discentes, dado que, tanto os registros diários, quanto os relatórios ou portfólios representam um conjunto de registros que mostram como está sendo o processo de desenvolvimento e aprendizagem, como também, servindo para interpretá-los. Embora, alguns, não tenham ficado explícitos para que finalidade elas façam uso deles, ter consciência da importância de cada instrumento de coleta de dados dá significado a uma avaliação mediadora.

Conforme Luckesi (2011):

Importa ter presente que todos os instrumentos de coletas de dados para a avaliação da aprendizagem são úteis, desde que sejam adequados aos objetivos da avaliação, isto é, adequados as necessidades e ao objeto da ação avaliativa e elaborados segundo as regras da metodologia científica. (LUCKESI, 2011, p.297).

No quesito critérios de avaliação as respostas giraram em torno de observações, do construtivismo e do lúdico, como pode ser observado no gráfico abaixo:

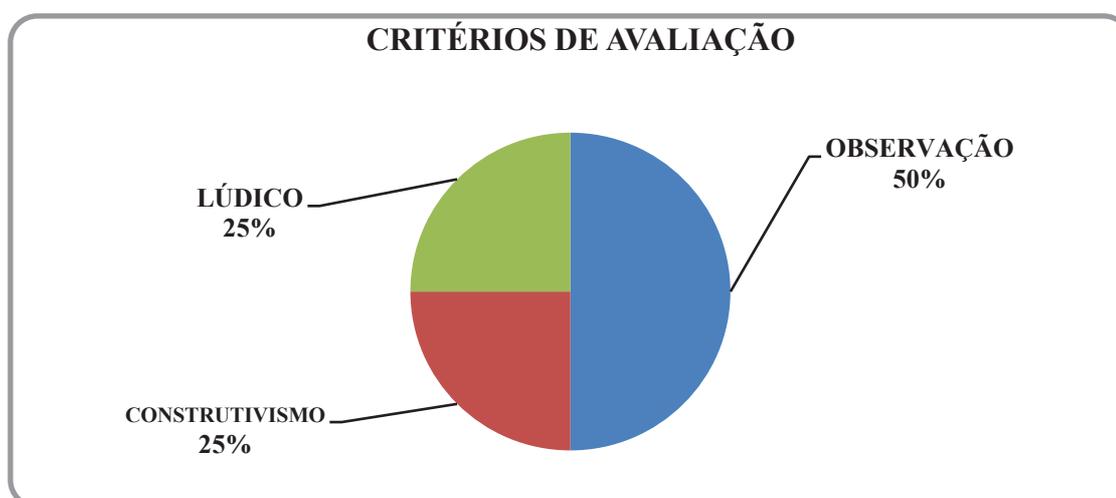


Gráfico 4: Critérios de avaliação

Os sujeitos A e B, quando questionadas sobre os critérios que utilizam para avaliar, em suas práticas, afirmaram utilizar a observação. Enquanto o sujeito B diz seguir a tendência do construtivista e o sujeito C diz considerar o lúdico como critério para avaliar, como mostram as falas:

“através da observação durante o dia-a-dia...” (SUJEITO A).

“olhando seus hábitos e atitudes...” (SUJEITO D).

“a mistura das tendências pedagógicas, onde prevalece a construtivista...” (SUJEITO B).

“ponto de partida o lúdico...” (SUJEITO C).

Diante do exposto acima, entende-se que as educadoras mantêm em suas práticas avaliativas, uma correlação com as teorias já descritas aqui, pois considerar a criança em sua totalidade caminha para uma verdadeira avaliação mediadora, visando o desenvolvimento e aprendizado do aluno, podendo dizer também, que do professor.

Quando indagadas a respeito de como a avaliação na Educação Infantil pode contribuir para o desenvolvimento dos alunos, os sujeitos B e D afirmam que contribui na elaboração do planejamento, enquanto o sujeito A diz ser caminhos para aprendizagem, como demonstra o gráfico abaixo:

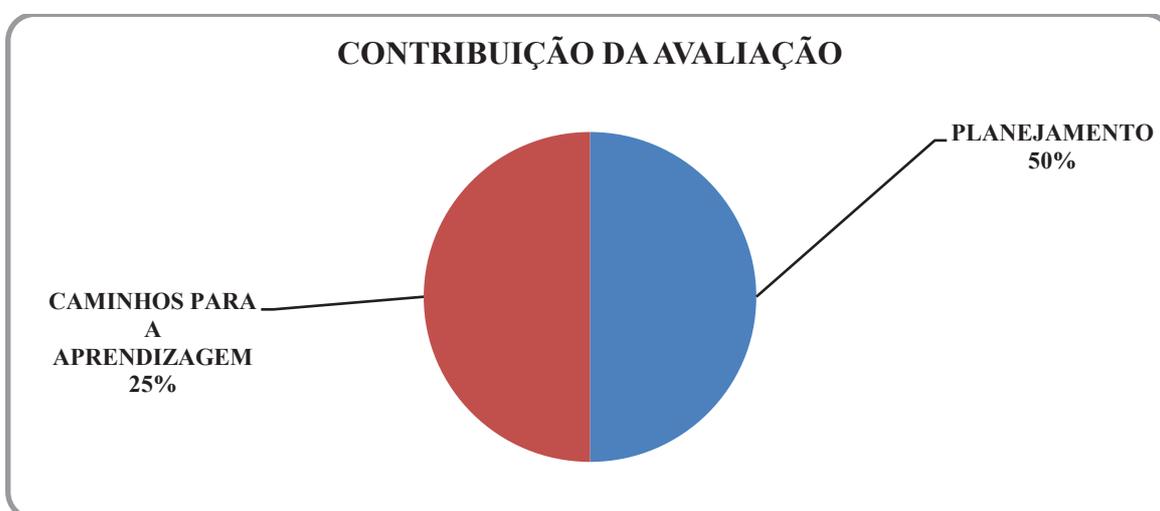


Gráfico 5: Contribuição da avaliação para o processo de aprendizagem escolar

Os discursos das participantes afirmam as informações descritas na figura acima, como se pode ver, contribui:

“com o desenvolvimento...” (SUJEITO B).

“para buscar caminhos que melhore significativamente a aprendizagem...” (SUJEITO A).

Os sujeitos C e D não souberam responder a proposta desse questionamento.

Os apontamentos descritos nas respostas sobre este questionamento revelam que apenas duas das quatro envolvidas nessa pesquisa apresentam coerência com a fundamentação teórica estudada, enquanto as outras duas demonstraram uma dicotomia em relação ao que foi abordado.

A avaliação quando mediadora contribui positivamente no processo de ensino – aprendizagem. Rovira e Peix (2004), afirmam que a avaliação mediadora contribui

no desenvolvimento da criança, uma vez que quando preciso a intervenção individualizada dá continuidade ao ensino, orientando e conduzindo-os ao aprendizado.

A última temática do questionário refere-se as quais os pontos as professoras priorizam no momento de avaliar seus alunos. O gráfico a seguir demonstra que os sujeitos B e C priorizam as habilidades, o sujeito A avalia o aluno como um todo e o sujeito D optam pelos conteúdos trabalhados.



Gráfico 6. Aspectos relevantes na hora da avaliação

As falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa, afirmam a ilustração da figura acima, como pontos relevantes:

“a coordenação motora (fina) que é essencial na vida das crianças...” (SUJEITO B).

“coordenação motora, lateralidade, noção espacial, reconhecimento e escrita de letras e números...” (SUJEITO C).

“a criança precisa ser avaliada em todos os aspectos...” (SUJEITO A).

“o que está sendo trabalhado em sala de aula...” (SUJEITO D).

A fala dos sujeitos B, C e D demonstra que apenas alguns pontos do desenvolvimento são considerados importantes, desconsiderando a avaliação como um fator mediador do conhecimento e desenvolvimento da criança. Apenas o sujeito A, revela coerência com as teorias em seu discurso.

Para que o processo avaliativo ocorra da forma mais completa possível, é necessário que o ato avaliativo considere como dito em parágrafos anteriores todos os fatores que estão inseridos no processo. Na situação acima é possível observar

que o fazer avaliativo das docentes não corresponde ao que se é preciso. Hoffmann (2009), afirma:

Não se pode dizer que se avaliou porque se observou algo do aluno. Ou denominar por avaliação apenas a correção de sua tarefa ou teste e o registro das notas, porque, nesse caso, não houve a mediação, ou seja, a intervenção pedagógica, decorrente da interpretação das tarefas, uma ação pedagógica desafiadora e favorecedora á superação intelectual dos alunos [...]. (HOFFMANN, 2009, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o desafio proposto por esta pesquisa em estudar como se dá o processo de avaliação na educação infantil e respeitando a revelação dos resultados obtidos, foi possível identificar, nos achados, que o processo avaliativo presente nas salas de aula com crianças da educação infantil estão alinhados aos pensamentos de Luckesi (2011) e Hoffmann (1996; 2009) afirmam, como também, apontam que as professoras envolvidas possuem uma interpretação harmoniosa no que diz respeito à avaliação. Entender-se que algumas pesquisadas se ocuparam em aspectos inerentes ao conceito de avaliação, no entanto é válido quando comparado com o todo no que se refere à avaliação.

No percorrer desse texto escrito foi possível compreender como o processo de avaliação deve acontecer no contexto estudado, e o que ele deve priorizar, promover e contribuir no desenvolvimento da criança. Como explicitado por algumas professoras ser um procedimento de fundamental importância que possibilita uma análise da prática pedagógica. Ter a avaliação como aliado no processo de ensino-aprendizado é de fundamental importância, pois ela contribui e permite que o conhecimento e as “intenções” educacionais ocorram de forma significativa na vida da criança.

REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, Marli E. D. A; LUDKE. Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ATHAYDE, S. C. R. **Avaliação da Proteção Social á infância**: uma análise da educação infantil em creches/ pré-escolas enquanto instrumentos de atenção á criança de 0 á 6 anos. 2004. 271 f. Dissertação (Mestrado em 2004) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

BALLESTER, M. **Avaliação como apoio à aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretária de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB. 2010.

FARIA, E. M. B. **A criança e as múltiplas linguagens da Educação Infantil**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisas em ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2009. (5. Ed: ver. E atual.) 176 p.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LLEÍXA A. T. **Educação Infantil**: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico 1**. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

OLIVEIRA, Z. R. de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998